

# Desigualdade negada: O discurso de Jair Bolsonaro sobre raça e ações afirmativas raciais no Brasil

**Denied Inequality:** Jair Bolsonaro's Discourse on Race and Racial Affirmative Actions in Brazil

**Desigualdad negada:** El discurso de Jair Bolsonaro sobre raza y acciones afirmativas raciales en Brasil

**Allan Cavalcante  
Lira MAGALHÃES**

[allan.c.lira@gmail.com](mailto:allan.c.lira@gmail.com)

Doutorando em Filosofia  
na Universidade Federal de  
Santa Catarina.

**Luís Fernando  
Cardoso e CARDOSO**

[luiscardt@gmail.com](mailto:luiscardt@gmail.com)

Professor Titular da  
Universidade Federal do Pará.

130

*Este artigo analisa manifestações do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro sobre raça e ações afirmativas raciais no Brasil. Empregando a metodologia da análise de discurso, o estudo examina vinte e sete pronunciamentos realizados entre 2006 e 2020. Na seção analítica, observou-se que Bolsonaro se vale de categorias retóricas de perversidade, futilidade e ameaça para influenciar sentimentos e opiniões contrários às políticas afirmativas. E manipula deliberadamente os conceitos de igualdade formal, unidade nacional e neutralidade racial a fim de obscurecer as profundas desigualdades e os conflitos inerentes à história de opressão racial no país, além de subverter a agenda de combate ao racismo. Sua prática discursiva ameaça pilares democráticos fundamentais, salientando a necessidade de vigilância e de resistência contínuas.*

**Palavras-Chave:** Ações afirmativas raciais; Raça; Bolsonaro; Análise de discurso; Retórica conservadora.

*This article analyzes former president Jair Messias Bolsonaro's statements on race and racial affirmative actions in Brazil. Using discourse analysis methodology, the study investigates twenty-seven statements made between 2006 and 2020. The analytical section reveals that Bolsonaro employs rhetorical categories of perversity, futility, and threat to influence sentiments and opinions against affirmative action policies. He deliberately manipulates the concepts of formal equality, national unity, and racial neutrality to obscure the deep-seated inequalities and conflicts inherent in the country's history of racial oppression, while also subverting the anti-racism agenda. His discursive practices threaten fundamental democratic pillars, underscoring the need for ongoing vigilance and resistance.*

**Keywords:** *Racial affirmative actions; Race; Bolsonaro; Discourse analysis; Conservative rhetoric.*

*Este artículo analiza las manifestaciones del expresidente Jair Messias Bolsonaro sobre raza y acciones afirmativas raciales en Brasil. Empleando la metodología del análisis del discurso, el estudio examina veintisiete pronunciamientos realizados entre 2006 y 2020. En la sección analítica, se observa que Bolsonaro recurre a categorías retóricas de perversidad, futilidad y amenaza para influir en sentimientos y opiniones contrarias a las políticas afirmativas. Además, manipula deliberadamente los conceptos de igualdad formal, unidad nacional y neutralidad racial con el fin de oscurecer las profundas desigualdades y los conflictos inherentes a la historia de opresión racial en el país, además de subvertir la agenda de combate al racismo. Su práctica discursiva amenaza pilares democráticos fundamentales, resaltando la necesidad de una vigilancia y resistencia continuas.*

**Palabras clave:** *Acciones afirmativas raciales; Raza; Bolsonaro; Análisis del discurso; Retórica conservadora.*

131

## 1. Introdução

"**R**aça" e "ações afirmativas raciais" (AAR) são categorias entrelaçadas em complexas contendas retóricas que impregnam os ambientes acadêmico, jurídico, midiático e político do Brasil. Além de meras divergências de opinião, essas disputas ressaltam a luta pela definição dos significados que irão preencher e moldar as narrativas dominantes sobre o tema. Neste artigo, analisamos manifestações proferidas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro sobre raça e AAR. A escolha

do objeto de estudo justifica-se pela posição institucional proeminente então ocupada por ele de 2019 a 2022 e pelo impacto significativo da sua retórica sobre o eleitorado que o respalda, bem como sobre a população em geral. Esta análise não apenas oferece pistas sobre suas perspectivas individuais, mas também lança luz sobre a paisagem sociopolítica mais ampla na qual se inserem suas falas.

A raça, assim como quaisquer outras categorias sociais criadas para diferenciar e identificar pessoas e grupos, surge do

confronto dos diferentes. O negro, que antes não se autocompreendia desse modo, adquire identidade e *status* a partir da figura do homem europeu branco, cuja imagem foi convertida em sujeito universal pelo pensamento moderno. Nesse encontro, o corpo negro foi visto pelo seu colonizador não como semelhante, não como alguém, mas como algo imediatamente inferior. Como a diferença costuma causar medo e repulsa, esse sujeito, definido agora pela exterioridade da pele, foi encarado como ameaça a ser subjugada e exterminada (Fanon, 2008; Mbembe, 2014).

Portanto, quando falamos de raça, não nos referimos a um fato natural explicado biologicamente. Referimo-nos, antes, a uma ideia construída a partir de sentimentos e de paixões, transformada em crença e recebida como dado natural pelo imaginário coletivo. Com a raça, nasce também o racismo, uma forma de estruturação da sociedade que distribui poder, oportunidade, riqueza, privilégio e respeito segundo os estereótipos raciais (Almeida, 2018; Campos, 2017). No Brasil, em especial, por mais de três séculos, o tráfico negreiro e a expropriação da força de trabalho escravo movimentaram a economia local. Embora as consequências dessa história de esbulho da vida e do corpo, além da diáspora e do extermínio de culturas e comunidades, não sejam sempre evidentes, elas atravessam as instituições e práticas sociais, como o Estado, o mercado e a linguagem.

A aparente ausência de conflito racial, por exemplo, nos sentidos de democracia racial e miscigenação, gestados pela academia<sup>1</sup> e amplamente aceitos pela sociedade, desfaz-se rapidamente diante das estatísticas de raça referentes à violência, à política, ao mercado de trabalho e ao acesso à educação (IBGE, 2019). O cenário apresentado pelos números é alarmante por indicar o quanto a realidade da desigualdade econômica local está intimamente relacionada às dinâmicas do racismo. As políticas afirmativas são, portanto, urgentes, por mais limitadas que sejam. É o que ocorre com as AAR de ingresso no ensino público superior: elas são incapazes de corrigir os quadros brutais de desigualdade racial no país, bem como o racismo compreendido estruturalmente, mas seus benefícios são bem-vindos, além de contribuírem para o avanço da agenda dos movimentos antirracistas.

Contudo, políticas afirmativas costumam provocar animosidades na sociedade porque não atendem diretamente a interesses gerais e, por isso, parecem ofender intuições básicas sobre igualdade e justiça. Como resultam na redistribuição de oportunidades para uns em detrimento de outros, estes tendem a reagir como se as AAR representassem um ataque direto aos seus direitos básicos. Quando sentimentos reacionários desse tipo são mobilizados em larga escala, toda e qualquer conquista contra o racismo e a discriminação é colocada em risco.

<sup>1</sup> A exemplo da obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Em especial, se o chefe máximo do Executivo participa desse discurso e mobiliza esses sentimentos, a intransigência racista que escorre da sua narrativa sai do subterrâneo das ideias ganhando aparência de legitimidade institucional. A sua retórica não se sustenta fática ou cientificamente, sustenta-se, antes, no escárnio e na negação de fatos e fenômenos que temos por verdadeiros no estado atual do pensamento crítico, como o racismo. Trata-se de uma retórica que ameaça valores e compromissos democráticos essenciais, tais como o respeito, a pluralidade, a inclusão e a eliminação de todas as formas de violência. Tudo em nome da preservação dos privilégios daqueles que se encontram confortavelmente posicionados em disposições estruturais dominantes.

Considerando o que está em risco e é imprescindível ocupar este debate, analisamos, neste artigo, vinte e sete manifestações do ex-presidente Jair Bolsonaro realizadas entre 2006 e 2020 sobre ações afirmativas raciais e a raça, visando compreender o discurso, os sentidos e as ideologias que ele articula. O trabalho dialoga com análises discursivas de grande relevância sobre as AAR, a saber, o trabalho de Karine Pereira Goss (2009, 2010), que analisa os argumentos de intelectuais brasileiros sobre o tema, e o de Luiz Augusto Campos (2019), que, de modo semelhante, cataloga e sintetiza os posicionamentos publicados nos dois jornais de maior circulação nacional durante a década que antecedeu a promulgação da Lei de Cotas.

Como as formas da retórica da reação elaboradas por Albert Otto Hirschman (1992) – perversidade, futilidade e ameaça – foram utilizadas diretamente por Goss e equiparam-se aos tipos de argumento examinados por Campos, optamos por adotá-las como categorias teóricas de análise nesta pesquisa. Adicionamos a essas categorias os sentidos mais reiterados nas manifestações de Bolsonaro: igualdade, mérito, unidade e neutralidade racial. Assim, o trabalho descreve, na primeira parte, o método adotado: a análise de discurso. Na segunda parte, aborda as categorias teóricas de análise. Por fim, examina as manifestações coletadas à luz do método e das categorias adotadas.

### ***I - Percurso metodológico: a análise de discurso***

A palavra é um instrumento interessante, sempre que falamos sobre o mundo em que vivemos atribuímos forma e sentido a ele, ao mesmo passo que articulamos e reiteramos formas e sentidos socialmente constituídos. Alguns sentidos são repetidos há tanto tempo que costumamos percebê-los como dados naturais do mundo, fatos imparciais. Mas a fala é atravessada pelo poder (Foucault, 2021), porque reflete emaranhados ideológicos (Althusser, 2003; Pêcheux, 1995) e, por isso, nunca é inocente<sup>2</sup> ou neutra (Haraway, 2023). O discurso ocorre, como nota Orlandi (2022), precisamente na interação entre a ideologia e a linguagem. Nos termos de

<sup>2</sup> Para Haraway (2023), a linguagem não é inocente, porque está sempre comprometida com algum(ns) dos interesses em jogo.

um encadeamento analítico, o conteúdo da ideologia manifesta-se nos sentidos que compõem o discurso, que, por sua vez, se materializa na fala.

A análise do discurso propõe-se a fazer o caminho inverso: ir da fala de um determinado sujeito aos sentidos e às formações ideológicas que o interpelam (Orlandi, 2022). Por isso, esse é o método que nos interessa neste trabalho. Com ele, podemos analisar os conjuntos de sentidos, imagens e ideologias nas falas de Bolsonaro, formando seu discurso sobre as AAR e a raça. Assim, demonstraremos como, com frequência, as manifestações de ideais, tais como justiça e igualdade, ocultam os ímpetus de dominação que impregnam as posições políticas do ex-presidente. Como o movimento promovido pelo método implica o aprofundamento para além da superfície falada, ele abrange e demanda um largo aparato teórico<sup>3</sup> para o procedimento analítico.

A análise do discurso envolve, por um lado, os fundamentos teóricos que definem o método e, por outro, as ferramentas escolhidas pelo analista para viabilizar a análise do texto conforme o tema de pesquisa definido. Primeiramente, considera-se a *ideologia*, o *sentido* e a própria definição de *discurso* (Brandão, 2004; Florencio et al., 2009; Orlandi, 2001). Em seguida, no contexto deste trabalho, são utilizadas categorias teóricas que

auxiliam na catalogação das falas e na interpretação do discurso sobre AAR e raça. Essas categorias incluem as três formas de retórica da reação formuladas por Hirschman, bem como os conceitos de igualdade formal, mérito, unidade nacional e neutralidade racial. Todas as categorias teóricas selecionadas para o estudo, que serão detalhadas na seção seguinte, foram escolhidas com base na catalogação e na leitura prévia das manifestações coletadas.

Foram identificadas vinte e sete manifestações do ex-presidente Bolsonaro em plataformas digitais, proferidas entre 2006 e 2020. Destas, dezessete foram analisadas, enquanto as outras 10 correspondem a fragmentos do material examinado. O conteúdo analisado inclui oito manifestações disponíveis no Youtube, oito no Twitter (X) e uma no Facebook. As falas foram listadas e agrupadas em “comentários relacionados às AAR” e “comentários relacionados à raça”. Com as falas catalogadas e as categorias teóricas estipuladas, partimos para a análise. Optamos por utilizar, primeiro, a retórica da reação de Hirschman, porque seus três tipos – perversidade, futilidade e ameaça – ilustram jogos retóricos de persuasão que, apesar de ardis, ocorrem no nível da superfície discursiva. No passo seguinte, com as categorias de igualdade, mérito, unidade e neutralidade – todas representativas de formações

<sup>3</sup> Um dos primeiros formuladores da análise de discurso, Michel Pêcheux, a quem se deve em grande medida a versão francesa do método, era leitor de Foucault e de Althusser, dos quais tomou por empréstimo, respectivamente, os conceitos de discurso e de ideologia. Além disso, o método comunica-se com a linguística, a psicanálise, o estruturalismo e outras contribuições do pensamento crítico.

ideológicas –, exploramos os sentidos compreendidos pela estrutura discursiva reproduzida por Bolsonaro. Nessa ordem, podemos promover o aprofundamento objetivado pela análise do discurso. Na próxima seção, abordaremos as definições escolhidas.

## **II - Caminho teórico**

### **A retórica de reação às ações afirmativas raciais**

Hirschman (1992)<sup>4</sup> analisou manifestações reativas a grandes eventos tidos como progressistas: a Revolução Francesa, a conquista do Sufrágio Universal, as *Poor Laws* e o *Welfare State*. Ele concluiu que a retórica da reação assume três formas básicas: argumento de perversidade, argumento de futilidade e argumento de ameaça. Hirschman (1992) entende o “progresso” como o domínio discursivo em disputa permanente, de modo que as conquistas possibilitadas pela conjuntura política de uma determinada época e de um determinado local podem ser abandonadas ou a própria compreensão do que essas conquistas significam pode ser alterada com o tempo.

A forma retórica da perversidade resume-se na ideia de que “a tentativa de empurrar a sociedade em determinada

direção fará com que ela, sim, se mova, mas na direção contrária” (Hirschman, 1992, p. 18). Portanto, as consequências trágicas de qualquer tentativa de mudança levarão a sociedade a um resultado oposto ou distante do objetivo inicial. Na retórica da futilidade, Hirschman (1992) sugere que o propósito é convencer o outro de que a medida ou a posição adotada produzirá os resultados desejados, porém serão insignificantes ou meramente cosméticos. Embora menos incisiva que a perversidade, a futilidade pode ser ainda mais persuasiva precisamente por sua sutileza. Por fim, o argumento da ameaça associa o receio de custos sociais inaceitáveis à política em questão. Busca-se, assim, convencer o público de que medidas que possam ameaçar valores fundamentais da sociedade devem ser desencorajadas desde o início, independentemente da desejabilidade da proposta e de seus benefícios potenciais (Hirschman, 1992).

Embora o contexto não seja o mesmo, os tipos de argumentos identificados por Hirschman possuem valor elucidativo em outros temas controversos que costumam despertar reatividade entre os conservadores. Assim, Goss (2009, 2010) utilizou as categorias do autor para catalogar manifestações de intelectuais brasileiros sobre as AAR em universidades públicas, proferidas por pessoas que

---

<sup>4</sup> Albert Hirschman (1915-2012) foi um economista e cientista político alemão, reconhecido por suas contribuições à teoria do desenvolvimento econômico e à análise de sistemas políticos. Lecionou em universidades de prestígio, como Columbia, Harvard e o Institute for Advanced Study em Princeton. Sua obra "A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça", publicada originalmente em 1991, examina os padrões argumentativos conservadores contra as transformações sociais, desde a Revolução Francesa até os ataques contemporâneos ao Estado de Bem-Estar Social.

reivindicam uma posição neutra em relação ao tema. Os argumentos desses cientistas, no entanto, manifestam reiteradamente posições políticas e relações de poder. A autora identificou a perversidade em manifestações que sustentam com veemência que as AAR provocam e intensificam o racismo, em vez de combatê-lo, o que se percebe na fala de Yvonne Maggie, antropóloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): “esse critério da UnB é estarecedor porque institui o racismo para combater o racismo” (Goss, 2008, p. 104).

Quanto à futilidade, Goss (2009, 2010) observou-a em manifestações que reconhecem que as AAR objetivam combater a discriminação racial e a desigualdade educacional, mas sustentam serem inaptas para enfrentar a complexidade desses problemas. Estes intelectuais insistem em afirmar que a política afirmativa tira o foco, recursos e a energia de medidas que poderiam promover efetivamente a igualdade, como o investimento maciço em educação básica.

Goss (2009, 2010) observou, por fim, o argumento da ameaça na afirmação segundo a qual as cotas introduzem o negro como figura jurídica e institucionalizam a divisão de grupos de acordo com a raça, criando classes diferentes de direitos. Dito dessa forma, põe-se em risco a visão harmoniosa de um país que não vive conflito racial,

apesar de não corresponder à realidade (Feres Júnior; Campos, 2016), e isso parece acarretar um custo inaceitável.

Com objetivo semelhante ao de Goss, Campos (2019) analisou os posicionamentos midiáticos emitidos nos dois jornais de maior circulação nacional, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, durante a década que antecedeu a promulgação da Lei de Cotas, em 2012. Uma vez identificados e agrupados, os argumentos foram divididos em cinco enquadramentos centrais<sup>5</sup>: a) a AAR racializa a sociedade, criando conflitos e divisões; b) as desigualdades não são raciais, são sociais; c) a AAR fere o Estado de direito e a cidadania; d) a AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação; e) a AAR é uma solução ineficiente ou paliativa. As contribuições oferecidas por essas categorias somam-se às discutidas por Hirschman e Goss. Podemos, inclusive, distribuir os cinco enquadramentos interpretativos segundo as teses da retórica conservadora, de modo que a letra “a” se refere a possíveis consequências perversas das AAR opostas aos efeitos pretendidos, exemplificando a tese da perversidade. As letras “b” e “e” salientam a ineficiência das AAR, seja porque são paliativas, seja porque se equivocam em relação ao problema combatido; por isso, alinham-se à tese da futilidade. Por fim, as letras “c” e “d” reproduzem a tese da ameaça na medida em que retratam riscos

<sup>5</sup> Campos (2019, p. 147), com o auxílio de integrantes do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), agrupou 815 textos desfavoráveis às AAR em 53 subenquadramentos, os quais, por fim, foram reunidos em cinco enquadramentos interpretativos principais.

inaceitáveis contra os valores e objetivos constitucionais, o Estado de direito, a cidadania e a qualidade da educação.

As pesquisas de Goss e de Campos convergem em diversos pontos da análise, como era de se esperar, considerando a proximidade nos temas, nos problemas e nos materiais empíricos coletados. Os autores debruçam-se sobre espaços aparentemente distintos, academia e mídia jornalística<sup>6</sup>, demonstrando como a mesma retórica dos tipos identificados por Hirschman costuma repetir-se entre diferentes agentes. Assim, considerando que as pesquisas de Goss e Campos reforçam o valor explicativo da retórica da intransigência, este artigo utiliza suas categorias argumentativas como parte do dispositivo analítico para examinar as manifestações de Jair Bolsonaro, sujeito conhecido pelas falas polêmicas, cujo impacto discursivo é evidente, dada sua popularidade e seu capital político.

### III - Itinerário analítico

#### *Uma mente intransigente*

Nas manifestações analisadas que tratam diretamente de AAR, Bolsonaro destaca o quanto a política promove efeitos indesejados contra a igualdade e o mérito e, por isso, fomenta conflitos sociais. Essa é uma questão muito clara na primeira tese da retórica conservadora<sup>7</sup>. O efeito perverso das consequências

opostas às pretendidas, da racialização da sociedade e da intensificação de conflitos e divisões não é automático, provável nem sequer factível, mas a sua apresentação é revestida de evidência. Por exemplo, durante entrevista concedida à TV Cidade Verde em 2018, Bolsonaro foi questionado se as AAR reforçariam o preconceito no Brasil com o passar do tempo. Ele respondeu com convicção, como se se tratasse de um resultado óbvio que nem sequer devesse ser discutido. Ele fala como um revelador da verdade, alguém com a capacidade de ver o que ninguém viu e antecipar o resultado perverso (TV Cidade Verde, 2018).

Bolsonaro também fala da *separação* e da *discriminação* promovidas pelas AAR, relacionando-as ao Partido dos Trabalhadores (PT). Acusa a AAR de ser “tão separatista” e “ocasionar briga entre nós”, de modo que “estamos alimentando ódio entre brancos e negros, e o PT é especialista nisso” (Bolsonaro, 2013). Ou: “a política da luta de classes largamente usada pelo PT jogando negros contra brancos [...] parabéns Dilma Rousseff [...] o teu partido sempre pregou a divisão [...] pra poder governar” (Bolsonaro, 2014). Ele quer que seu ouvinte encare o efeito perverso como verdade, associando-o ao PT, a personificação desse resultado. Bolsonaro usa, ainda, a expressão “cotas do ódio” (Bolsonaro, 2015) para se referir às AAR e promete que “qualquer política que tenha como consequência

<sup>6</sup> Que se sobrepõem quando as publicações nos jornais analisadas por Campos (2019) são assinadas por acadêmicos.

<sup>7</sup> Assim como no primeiro enquadramento principal apresentado por Campos (2019, p. 147): a AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões.

a segregação da sociedade, como se os fins justificassem os meios, não receberá nosso apoio. Chega de colocarem [...] negros contra brancos” (Bolsonaro, 2018a). Na prática, separação e discriminação são características marcantes da vida política de Bolsonaro, observadas na constante política de ataque aos inimigos e de ódio aos grupos e pessoas vulneráveis (Avritzer, 2020; Nunes, 2022).

A perversidade, assim, é facilmente instrumentalizada segundo os propósitos retóricos de Bolsonaro. Ela dispensa qualquer lastro científico e não exige compromisso de comedimento, pois baseia-se exclusivamente no medo. No primeiro plano, está o medo de que tentar fazer algo resulte invariavelmente na ocorrência ou no agravamento daquilo que se quer combater – o medo de um mundo separado, marcado por ódio e violência. No segundo plano, há temores inconscientes que emergem ante a possibilidade de que se realizem as medidas pretendidas – medo, portanto, de diminuição dos próprios privilégios ante o benefício reparador que as AAR almejam promover para os seus destinatários (Bento, 2022; Maia *et al.*, 2023).

Há momentos<sup>8</sup> em que Bolsonaro parece assumir que existem desigualdades ligadas à raça, mas afirma que as cotas raciais não têm aptidão para lidar com a questão, porque privilegiam indivíduos já privilegiados na ordem dos potenciais beneficiários.

Seu instrumento, nesse momento, é a futilidade. Aqui o sujeito afirma que os resultados pretendidos pelas AAR podem ser concretizados, mas apenas parcialmente. E isso não significa necessariamente que ele deseje ou preze a alteração profunda da realidade, uma vez que a alegada ineficiência pode ser manipulada a favor da conservação do status quo. Os sentidos presentes no discurso do ex-presidente Bolsonaro, portanto, são articulados em prol da manutenção de privilégios, seus e de seus semelhantes. Então, quando acusa a ineficiência das AAR, ele o faz unicamente para desacreditar as medidas.

Importa salientar que, em nenhuma das manifestações coletadas sobre as AAR, Bolsonaro destaca que a raça é apenas um subcritério para a concessão do benefício. De fato, o critério central na Lei de Cotas é a proveniência do ensino público:

*A quase totalidade dos negros pobres não serão beneficiados pelo projeto acirrando [...] esse projeto privilegia o negro privilegiado, porque o filho do negro que tem condições, que não trabalha, que pode fazer o cursinho e vai ser aprovado nesse concurso, então o projeto privilegia o negro privilegiado (Bolsonaro, 2014, grifo nosso).*

Se há duas maneiras ou mais de se dizer o mesmo dentro de uma formação discursiva dada, a opção por uma e não por outra é um tipo de esquecimento

<sup>8</sup> Por exemplo, durante o Plenária da Câmara dos Deputados, realizada em 26 de março de 2014, quando se apreciava o PL 6738/2013, sobre a reserva de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para os negros (Bolsonaro, 2014) e em entrevista concedida à TV Cidade Verde em 2018, citada antes.

que diz algo, como “não dito” ou “dito de outro modo” (Pêcheux, 1995). Trata-se, portanto, de “escolher” silenciar certas informações para que determinados sentidos sejam constituídos. Por isso, seu discurso e sua oposição irredutível às ações afirmativas assumem um sentido quando o sujeito destaca exclusivamente o critério da raça. Por meio desse esquecimento, Bolsonaro constitui o sentido da futilidade contido na afirmação de que “o projeto privilegia o negro privilegiado”. Também é desse modo que os cenários hipotéticos de grave conflito social devidos ao efeito perverso causam mais impacto no imaginário do ouvinte.

De todo modo, Bolsonaro fala das ações afirmativas em termos exclusivamente de raça até 23 de outubro de 2018, acinco dias do segundo turno das eleições presidenciais, quando afirma: “a política de cotas está completamente equivocada, 70% dos afrodescendentes que entram pela política são bem de vida, você tem que ter uma cota social, onde inverte isso, aí você vai atender 70% dos afrodescendentes pobres” (TV Cidade Verde, 2018). Esse é o único momento, entre todos os catalogados, em que ele parece aceitar as ações afirmativas. É possível que essa moderação tenha ocorrido em razão das fortes críticas que sofreu após a entrevista oferecida ao programa Roda Viva em agosto de 2018 e da proximidade do segundo turno de votação.

Ainda, é na futilidade que o seu ponto de vista reacionário mais se aproxima do pensamento de alguns acadêmicos brasileiros de Esquerda (Goss, 2008, 2009), bem como de dois dos enquadramentos argumentativos – “As desigualdades não são raciais, mas sim

sociais” e “A AAR é solução ineficiente ou paliativa” – mais produzidos pela mídia brasileira na década que antecedeu a promulgação da Lei de Cotas, também pertinentes ao pensamento de Esquerda (Campos, 2019). A proximidade inusitada ocorre porque, mesmo entre aqueles que assumem os propósitos sociais de Esquerda, há quem reaja com desprezo e discriminação indireta à raça e às pautas de luta dos movimentos negros. Nas palavras de Hirschman (1992, p. 59), “ódios compartilhados forjam estranhas camaradagens”. Isso não significa que acreditamos que as AAR podem promover efetivas transformações estruturais. O equívoco da futilidade, nesse caso, não consiste em apontar a superficialidade dos ganhos, mas em menosprezá-los sobremaneira e supor que eles são dispensáveis, quando não são.

Por fim, em diversas ocasiões, Bolsonaro contrapõe os ideais de igualdade e mérito à raça, apontando, segundo sua perspectiva, o problema moral que as AAR criam quando reduzem ou eliminam o critério do merecimento no cenário de disputa por oportunidades (Bolsonaro, 2016, 2018b, 2018d, 2018f, 2018g; TV Cidade Verde, 2018). Em duas ocasiões, ele afirma que não entraria em avião pilotado por um profissional que foi cotista ou não aceitaria ser operado por um médico formado na mesma condição (Bolsonaro, 2013; CQC, 2011). Manifestamente racistas, essas falas apelam aos riscos de diminuição da qualidade do ensino público superior e dos profissionais formados nele.

Esses são os seus argumentos mais intuitivos. Como símbolo socialmente construído, o mérito preenche o

imaginário social como demarcador de oportunidades justo e eficiente. Em alguma medida, todos os indivíduos envolvidos no debate sobre o ingresso no ensino público superior concordam que o merecimento deve ser estimado no momento da distribuição de vagas. A ameaça a esse critério e a suposição de que destinatários de AAR viram profissionais menos capacitados – o que compromete a qualidade do ensino superior – são argumentos mais apelativos ao senso comum que o recurso à perversidade ou à futilidade.

Os argumentos de ameaça são mais eficientes do que os da perversidade, porque estes operam no plano do medo irracional, sem muita sofisticação, e exigem a visualização de cenários de conflito que não são necessariamente óbvios. E são mais eficientes do que os argumentos da futilidade, porque estes pressupõem o consenso sobre a existência de desigualdades que autorizam as ações afirmativas, embora elas sejam medidas inúteis. Certamente esse consenso não é amplamente aceito.

Contudo, mesmo quando utiliza a ameaça, o discurso de Bolsonaro sustenta-se em fundamentos frágeis: a inconsistente métrica meritocrática e a imatura suposição de que cotistas viram profissionais menos capacitados. Apesar de apelarem mais ao senso comum, ou melhor, apesar de serem mais evidentes para o imaginário coletivo, ambos os fundamentos não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, porque o mérito individual só pode ser considerado um critério justo quando os sujeitos que concorrem às oportunidades em disputa compartilham as mesmas condições de vida, mas esse quadro não é factual. O

propósito das AAR é precisamente corrigir as diferentes condições de existência, para que o mérito possa operar como critério isonômico e justo. Em segundo lugar, porque os processos seletivos sob os quais as ações afirmativas operam não medem as capacidades gerais dos concorrentes, mas tão somente a aptidão para lidar com as exigências formais e específicas de conteúdo e de interpretação constantes em seus editais. Por isso, não é possível aferir qualquer conclusão sobre as capacidades e habilidades profissionais futuras a partir da avaliação limitada que ocorre em cada processo seletivo.

Portanto, em sua retórica reativa e intransigente, o ex-presidente Bolsonaro articula argumentos e apelos sem qualquer compromisso com o conhecimento científico produzido sobre o tema e sem fidelidade à realidade. Quando manipula o medo por meio da perversidade, quando manuseia a futilidade em desfavor das AAR ou quando apela para o senso de ameaça no imaginário dos ouvintes, ele objetiva provocar no seu público sentimentos de repulsa e de rejeição às AAR. E, apesar de formular sentenças que não são complexas ou bem elaboradas, esse agente certamente assume papel de grande impacto na promoção e no manejo desses sentimentos retrógrados.

### ***Sobre a igualdade formal***

Antes mesmo da aprovação da Lei de Cotas, Bolsonaro apresentou um projeto para reservar 50% das vagas de deputados federais a negros. Na justificativa, afirmou que as medidas às quais a população é submetida,

referindo-se às AAR em universidades, deveriam se aplicar também aos representantes do povo (Câmara dos Deputados, 2006). Afirmou também que, por questão de coerência, votaria contra o próprio projeto. Em 18 de dezembro de 2013, durante uma manifestação feita em Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara que apreciou o PL 6738/2013 (sobre reserva de vagas para negros em concursos públicos), ele invocou o projeto de sua autoria, criticando a comissão por nunca o ter aprovado (Bolsonaro, 2013). Ele repetiu esse discurso em 26 de março de 2014, durante Plenária da Câmara dos Deputados realizada para tratar do mesmo objeto (Bolsonaro, 2014).

Ciente de que os membros da Câmara dos Deputados seriam menos receptivos à proposta de reserva de vagas na casa legislativa, Bolsonaro valeu-se da incoerência na postura dos seus pares para obliterar, em 2006, o avanço das AAR no ensino público superior e, em 2013 e 2014, a deliberação e o avanço do projeto de AAR em concursos públicos. Nessas ocasiões e nas demais descritas a seguir, Bolsonaro usa o conceito de igualdade em desfavor das ações afirmativas, reiterando constantemente o slogan “todos são iguais e devem ser tratados igualmente”.

No programa televisivo CQC<sup>9</sup>, em 2011, quando questionado acerca das AAR, ele declarou oposição absoluta às medidas afirmando “[sou contra] porque todos nós somos iguais perante a lei”. Para o sujeito analisado, os ditames da igualdade resumem-se a meras exigências superficiais de tratamento semelhante. A expressão “todos são iguais perante a lei” remonta ao tempo dos anseios e promessas insurgentes que fundaram o Estado moderno. Mas o ideal que um dia revolucionou um mundo dividido entre nobreza e castas inferiores rapidamente se converteu em recurso discursivo utilizado pela burguesia para manter seus privilégios econômicos (Barros, 2013; Boarin, 2018; Dworkin, 2002; Losurdo, 2015).

Ao longo dos anos, o conceito de igualdade foi testado por inúmeras lutas e reivindicações, sendo forçado a se adaptar aos novos estágios das relações sociais. Hoje se compreende que os indivíduos vivem em condições materiais desiguais e que as desvantagens enfrentadas pelos mais vulneráveis são normalmente injustas, de modo que a igualdade conferida pela expressão descrita se restringe aos elementos comuns a todas as pessoas, independentemente das condições em que se encontrem – os quais se convencionou denominar direitos humanos ou direitos fundamentais. Além

<sup>9</sup> Ainda nessa entrevista, questionado por Preta Gil sobre o que faria se algum filho se apaixonasse por uma mulher negra, Bolsonaro respondeu: “Ó, Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja, eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu” (CQC, 2011). A resposta rendeu-lhe acusação de racismo. Apesar da clareza e da objetividade da pergunta, o entrevistado afirmou, em sua defesa, que imaginou que a pergunta se referia a um romance homossexual.

dessas garantias, situações injustas de desigualdade exigem medidas de reparação ou de compensação, como as AAR, para garantir que a igualdade se realize de fato (Azeredo, 2005; Dworkin, 2002; Schulz; Wienke, 2012).

Mais do que isso, reivindicações culturais fizeram irromper da igualdade o direito à diferença e à dignidade cultural. Nesse contexto, a igualdade materializa-se por meio da inserção e da valorização das diferentes formas de vida, valores e símbolos no conjunto dos padrões oficiais da sociedade. Trata-se da igualdade de consideração e de apreciação da diferença. Nesse caso, medidas como as ações afirmativas não se destinam apenas à compensação de desigualdades materiais, mas visam também a valorização de grupos cujas existências e valores têm sido reiteradamente excluídos e marginalizados (Taylor, 1993).

### ***Sobre o mérito***

Sob a égide da perspectiva liberal da igualdade, que cria e reforça um cenário ficcional da realidade social, o que justifica o sucesso de uns poucos sobre o fracasso de muitos é o mérito. A partir da lógica do merecimento, estar na universidade, nos cargos de alto escalão do serviço público ou do mercado privado depende exclusivamente do esforço individual. Assim como viver precariamente em empregos mal remunerados também é resultado do mérito. E, como salienta Bento (2022), como há mais brancos ocupando essas preciosas posições, somos levados a pensar que eles são mais esforçados, competentes e talentosos, e, por isso,

mais merecedores. Esse discurso justifica moralmente a condição das pessoas negras, pois, se há desigualdade no gozo da vida boa, trata-se de desigualdade justa decorrente de como cada um escolhe viver a vida.

Bolsonaro recorre a essa narrativa diversas vezes: “competência e caráter estão acima de sexo, raça, sexualidade, classe social, etc. [...] Vamos lutar para que as pessoas recebam destaque por postura, respeito, qualidades e virtudes” (Bolsonaro, 2018b); “nosso valor ser medido pelo nosso caráter, não pela nossa cor, sexo ou crença” (Bolsonaro, 2018d); “quem, por exemplo, se empenhar, se dedicar pelo mérito, logicamente vai ter uma vida mais tranquila do que aquele que resolveu não se dedicar no seu tempo de jovem” (TV Cidade Verde, 2018); “a melhor forma de mostrar respeito às pessoas é tratando-as de igual pra igual, valorizando-as por seu caráter e competência, não cor ou sexualidade, nem como se fossem mais frágeis e incapazes. Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho” (Bolsonaro, 2018f); “não estou preocupado com a cor, sexo ou sexualidade de quem está na minha equipe, mas com a missão de fazer o Brasil crescer” (Bolsonaro, 2018g). Por fim, afirma textualmente, acrescentando uma imagem (ver Figura 1), que “a cor da pele não define seu futuro, suas escolhas sim!” (Bolsonaro, 2016).

Para sustentar sua visão de mundo meritocrática, Bolsonaro recorre, também, a duas estratégias retóricas: universaliza casos particulares reais e elabora exemplos que demonstram

*Figura 1.* Imagem anexada à publicação feita no perfil pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro no Twitter em 9 de abril de 2016



143

*Fonte:* Bolsonaro, 2016.

a crueldade das AAR. No primeiro caso, o ex-presidente cita exemplos próximos a ele: “na Academia Militar das Agulhas Negras, vários negros se formaram comigo, alguns abaixo de mim, outros acima de mim” (Roda Viva, 2018). Cita ainda sujeitos específicos, como o médico militar negro altamente qualificado que o operou em determinada ocasião (Bolsonaro, 2013). Os

exemplos descrevem pessoas negras que alcançaram sucesso por mérito exclusivamente pessoal.

A segunda estratégia consiste em descrever cenários hipotéticos nos quais pessoas humildes são prejudicadas em razão de privilégios estabelecidos pelas AAR: o estudante, filho de nordestino, que não é aprovado no vestibular embora tenha tirado nota superior ao candidato

cotista, ou ainda o assessor nordestino que precisaria ser, eventualmente, afastado para dar lugar a um cotista, referindo-se às AAR para o serviço público (Bolsonaro, 2013; Pânico, 2016; Roda Viva, 2018).

O discurso racista caracterizado nas manifestações de Bolsonaro apoia-se, portanto, em duas dinâmicas de humilhação complementares relacionadas ao mérito. De acordo com a primeira e mais óbvia, se um negro pretende valer-se de uma AAR, então é um “coitado”, alguém que escolhe deliberadamente se afirmar como incompetente e mau-caráter, alguém que aceita deliberadamente prejudicar pessoas em condições piores. Na segunda dinâmica, como os símbolos da meritocracia reforçam que pessoas negras são ontologicamente menos esforçadas, competentes e talentosas, então ser negro significa ser inferior, não se trata de uma questão de escolha.

### ***Sobre a unidade nacional***

O terceiro sentido, o de unidade nacional, é utilizado por Bolsonaro para invocar a imagem de um país unificado e livre de conflitos. Na projeção da realidade feita por ele, o brasileiro é representado pela imagem do homem branco que veste a camisa do Brasil e grita com peito estufado que nossas cores – com alusão à raça – são o verde e o amarelo. Como se todo cidadão brasileiro fosse semelhante ao seu eleitor médio ou como se o único cidadão que importasse fosse esse. Os esquerdistas, os vermelhos, os petistas, os comunistas, os manifestantes, os

estudantes ou membros de qualquer movimento social associado à Esquerda são encarados como ameaça na representação estável e pacífica que integra o seu discurso. De junho de 2013 até a eleição de Bolsonaro em 2018, o estandarte da unidade nacional tem sido um significado frequentemente utilizado para anexar os sentimentos nacionalistas ao bolsonarismo (Marinho, 2022; Nunes, 2022).

Notamos que, quando Bolsonaro é interpelado sobre questões relacionadas à raça, o sentido de unidade nacional, assim como o de neutralidade racial, é invocado para omitir os conflitos raciais no país, desde o seu passado escravista ao genocídio racial institucionalizado levado a cabo por policiais militares – por exemplo, quando afirma que “somos um só povo, embaixo de uma só bandeira, um só coração, verde e amarela” (TV Cidade Verde, 2018). Em outro momento, ressalta que devemos “resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas” (Bolsonaro, 2018e).

### ***Sobre a neutralidade racial***

No CQC (2011), quando questionado sobre quantos chefes negros teve ao longo da vida, Bolsonaro afirmou que não contava porque não se importava com isso (a raça do chefe). Em 2018, durante a campanha eleitoral, ele afirmou que, “se escolhido, seria ‘daltônico’, todos teriam a mesma cor!” (Bolsonaro, 2018c). Dois anos depois, durante discurso realizado no encontro do G20, ele manteve a posição, afirmando dessa vez que “como homem e como presidente

enxergo todos com as mesmas cores, verde e amarelo, não existe uma [...] pele melhor do que as outras, o que existem são seres humanos” (Foco do Brasil, 2020). Naquele momento, os olhares midiáticos do mundo dirigiam-se para o Brasil, pois, dois dias antes da abertura do encontro, João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, havia sido brutalmente assassinado em uma das unidades do Carrefour de Porto Alegre. Sua fala pretendia desviar esses olhares.

Na narrativa, como insiste Bolsonaro, a cor nunca é vista. Nos corredores de supermercados, nas entrevistas de emprego, nas batidas policiais, ela é tudo o que se vê. Aqui há, novamente, um hiato entre o que é dito e o que ocorre no mundo: na linguagem, uma pretensa neutralidade equalizadora que considera a todos igualmente; no discurso, a afirmação do corpo branco como padrão universal e neutro (Bento, 2022; Conceição, 2020; Gemaque *et al.*, 2023) – padrão considerado bom porque, supostamente, não é racialmente marcado e por isso serve de métrica da marginalização dos outros diferentes, na medida da alteridade desses corpos.

Esse racismo impõe-se não por meio do exercício físico do poder, mas mediante o estabelecimento de consensos inerentemente incoerentes sobre como nos percebemos socialmente enquanto sujeitos racializados. A pessoa negra

é marcada demais para se perceber como racialmente neutra, embora seja discursivamente constrangida a isso. E a pessoa branca, que reproduz com facilidade os significados ideológicos da neutralidade racial, não consegue conceber sua própria cor, história e inserção no cenário contextual e presente de colonização racial. Quando percebe, sente-se incomodada por sua posição privilegiada e pode, direta ou indiretamente, agir para manter-se nela (Bento, 2022; Maia *et al.*, 2023). A ideia de uma “cor neutra” não aniquila a raça em si, como se poderia pretender, mas aniquila a possibilidade de que esses sujeitos se reconheçam em suas culturas.

Esse processo de reconhecimento refere-se à construção do eu por meio das relações intersubjetivas que estabelecemos com outras pessoas ao longo da vida, desde a mais tenra infância<sup>10</sup>. Evidencia como nos vemos mediados pelos olhares dos outros e suas tendências, que podem nos valorizar ou diminuir. E como somos influenciados pelos afetos que somos legitimados a desenvolver com eles. Portanto, reconhecer-se como negro numa sociedade que reiteradamente afirma a neutralidade dos corpos brancos frequentemente implica interpretar-se como corpo desajustado, objeto de afetos negativos, quando não de violência física, e moralmente desvalorizado; implica, para a subjetividade, internalizar essas

<sup>10</sup> Para um argumento sobre a realização da política do reconhecimento, ver Charles Taylor (1993). Axel Honneth (2009 [1992]) oferece uma perspectiva fundada na psicanálise, demonstrando como o reconhecimento se realiza por meio dos afetos, da conquista de direitos e da expansão do horizonte de valores normalmente aceitos pela comunidade. Para uma abordagem com substrato na psicanálise feminista, ver o diálogo entre Judith Butler (2000) e Jessica Benjamin (2012).

imagens distorcidas na psique na forma de reconhecimento não realizado ou errôneo (Fanon, 2008; Taylor, 1993). Como notou Fanon (2008), por ser impedida de ter acesso a sua cultura e a seus valores, de exaltar suas origens e de reconhecer a si mesma valorizando suas particularidades, sua beleza e sua moralidade, a pessoa negra é forçada a tentar constantemente se transformar em algo que não pode ser, o outro branco – não pode ser porque, por mais que tente, sempre será, sob o olhar desse outro, negro.

Para legitimar sua perspectiva racial, bem como sua oposição às AAR, Bolsonaro relembra em três ocasiões distintas, entre as catalogadas (Bolsonaro, 2013, 2014; TV Cidade Verde, 2018), a resposta de Morgan Freeman a questões sobre celebração e valorização da consciência<sup>11</sup> negra e racismo. A entrevista com o ator estadunidense foi ao ar em 2012, no programa *60 minutes* do canal CBS. Naquela ocasião, o ator afirmou que a celebração da consciência negra é ridícula, que toda sua história não poderia ser resumida a um mês e que, para se combater o racismo, seria necessário parar de falar dele<sup>12</sup> (Haque, 2012). Diferentemente de Bolsonaro, a fala de Freeman reconhece a existência do racismo, embora acredite que a melhor solução seja ocultá-lo.

Bolsonaro, por outro lado, nega o racismo tão radicalmente que rejeita ou distorce fatos cuja compreensão histórica

se encontra consolidada, tal como o tráfico negreiro e a escravidão, elementos que compõem a formação da sociedade brasileira (Roda Viva, 2018). Hamilton Mourão, seu então vice-presidente, compartilha do mesmo negacionismo. Quando questionado sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, Mourão afirmou com convicção que não há racismo no Brasil<sup>13</sup>, apesar de reconhecer que existe certa correspondência entre a raça e a brutal desigualdade econômica no país. No final da manifestação, refere-se a si mesmo como pessoa de “pelo duro” em contraponto a outro indivíduo presente na ocasião, Guilherme, de “pelo mais sofisticado” (Peixoto, 2020). É oportuno lembrar que, em 2018, Mourão elogiou a beleza do neto usando a expressão “branqueamento da raça” (Bresciani, 2018).

O caso de Mourão pode ser um exemplo de branquitude como *performance*. Ou melhor, uma forma de participar da branquitude e da neutralidade mesmo sendo um corpo não branco. Não falar sobre consciência, história e cultura negra, negar o racismo ou endossar o branqueamento são indícios disso. Mas assumir os símbolos discursivos dessa formação ideológica não faz o dominado se transformar efetivamente em dominador. O sucesso performático de um corpo negro nunca será o mesmo que o de um corpo branco no universo da branquitude (Alexander, 2021). Por vezes,

<sup>11</sup> A expressão equivalente em inglês é *black history month*.

<sup>12</sup> Tradução livre.

<sup>13</sup> Em sua perspectiva, a ampla divisão de espaços que caracterizou a vigência do lema “separados, mas iguais” nos Estados Unidos, algo que presenciou no final da década de 60, configura-se como racismo. Para ele, não há nada parecido no Brasil e, por isso, não há racismo aqui (Peixoto, 2020).

sua presença em certos espaços, não importa quão boa seja a sua *performance*, ainda estará relacionada a uma dinâmica de autorização.

“Tem um negro aqui do meu lado aqui, tá ok, tenho certeza que não vai brigar comigo” (Pânico, 2016), “mas o meu sogro é o Paulo Negão” (Roda Viva, 2018), assim como a constante demonstração de proximidade com o deputado federal Hélio Negão, do PSL do Rio de Janeiro, são alguns dos exemplos em que Bolsonaro autoriza a presença e o destaque da imagem de corpos negros. Sempre para ratificar sua visão de mundo. Não se trata de efetivamente dar voz, considerar como igual ou respeitar, mas de repetir a dinâmica de objetivação da pessoa em nome de seus próprios propósitos retóricos.

### **Considerações finais**

Compreender o horizonte reacionário agregado em torno de políticas sociais destinadas à realização material da igualdade e ao combate de todas as formas de opressão precisa ser um dos objetivos centrais do pensamento crítico. E, como se trata de um campo de disputa discursiva, é necessário ocupá-lo contrapondo a retórica conservadora da reação e as artimanhas ideológicas que prezam a manutenção de privilégios que devem desmoronar. Mais de uma década após a criação da Lei de Cotas, pessoas historicamente subalternizadas e silenciadas chegam em números mais expressivos ao ensino público superior. A universidade mudou de cor, de etnia e de classe. Já não é tão “neutra”, aliás, branca, e isso é bom. Mas, se o objetivo das AAR é combater e eliminar o racismo

e demais dinâmicas de desigualdade, ainda estamos falando de um projeto inacabado. A disputa permanece.

Por isso, analisamos o discurso do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro de oposição às AAR e de subalternização racial. Concluímos que ele usa a retórica conservadora para manipular sentimentos e intuições irracionais em oposição às políticas afirmativas e em prol da sua própria agenda política. Faz parte da sua retórica afirmar, com frequência, que as AAR provocam efeitos perversos, quando supõe que nos conduzem a cenários de conflito e de ódio generalizado. Além disso, ridiculariza a potencialidade da política e apela ao senso de ameaça contido nas suposições de violação do merecimento e de diminuição da qualidade do ensino público superior. Sempre em manifestações apartadas do conhecimento produzido sobre o tema e da realidade em si.

Observamos, também, que ele recorre reiteradamente aos sentidos de igualdade formal, mérito, unidade nacional e neutralidade racial para ignorar todas as reivindicações dos movimentos sociais que exaltam a experiência negra ou se prestam ao combate das desigualdades e violências estruturalmente enraizadas na realidade brasileira. Assim, ele defende a igualdade formal, segundo a qual todos são iguais perante a lei, para rejeitar qualquer proposta que estabeleça tratamento redistribuidor. Usa o sentido de mérito para justificar moralmente as desigualdades sociais. Recorre ao símbolo da unidade para mascarar os conflitos e as formas de violência que operam segundo dinâmicas de opressão racial. E sustenta a pretensa

neutralidade racial ao passo que impõe discursivamente a imagem do sujeito branco como padrão hegemônico e universal de existência subjetiva.

Os sentidos reiterados em seu discurso evidenciam sua própria condição privilegiada. Para aqueles que compartilham sua visão de mundo e ocupam posições semelhantes, as lutas por justiça social, reconhecimento e valorização das experiências socialmente subalternizadas, além de outras formas de resistência, são indesejadas porque evidenciam as veias abertas da desigualdade no país e por isso ameaçam os privilégios desfrutados por eles. É preciso destacar que não estamos nos referindo a um punhado isolado de indivíduos, cujas opiniões detestáveis ecoam no vazio ou em pequenas bolhas. Bolsonaro foi um

presidente populista representativo de ideias que ressoam em muitos redutos políticos, em especial da extrema Direita, no Brasil e fora. Por isso, não podemos negar que sua capacidade de formar e de articular sentidos que compõem o imaginário coletivo tende a causar grandes impactos. Nesse sentido, seu discurso, produzido e localizado nessa posição de destaque, ameaça as ações afirmativas raciais e todas as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais.

Bolsonaro apresenta-nos uma advertência incômoda de que o retrocesso está sempre à espreita. Mas acreditamos que os caminhos estão abertos para a manutenção dos avanços sociais concretizados e a conquista de novos. Como nos ensinam Gal Costa, Gilberto Gil e Caetano Veloso, precisamos estar atentos e fortes.



## Referências

Alexander, B. K. (2021). Pele negra/máscaras brancas: a sustentabilidade performativa da branquitude (com desculpas a Frantz Fanon). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 37, e21303. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21303.a>

Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte, Letramento.

Althusser, L. (2003). *Ideología y aparatos ideológicos del Estado: Freud e Lacan*. Buenos Aires, Nueva Visión.

Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo, Todavia.

Azeredo, S. (2005). Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença: pensando a política de cotas na universidade. *Revista Estudos Feministas*, 13(3): 738-755. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300017>

Barros, J. A. (2013). Leitura sobre igualdade: considerações sobre as oscilações de um conceito na perspectiva de alguns autores do século XVII ao XX. *Revista Debates*, 7(2): 173-192.

Benjamin, J. (2012). Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler. In: N. Ricken; N. Balzer (ed.). *Judith Butler: Pädagogische Lektüren*. [S. l.], Springer VS, p. 283-301. [https://doi.org/10.1007/978-3-531-94368-8\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-531-94368-8_11)

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo, Companhia das Letras.

Boarin, P. V. (2018). Liberdade na igualdade ou igualdade na liberdade? Notas sobre o liberalismo e a democracia na teoria política moderna. *Revista Prelúdios*, 6(6): 83-1000. <https://doi.org/10.9771/revpre.v6i6.26159>

Bolsonaro, J. M. (2013). Bolsonaro e as cotas. *YouTube*, 26 dez. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A-qzUopE1l8k>. Acesso em: 12/12/2019.

Bolsonaro, J. M. (2014). Cotas do ódio. *YouTube*, 26 mar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6tLjZuj4No0>. Acesso em: 12/12/2019.

Bolsonaro, J. M. (2015). O “dedinho” de FHC. *Facebook*: Jair Messias Bolsonaro, 23 fev. Disponível em: <https://web.facebook.com/jairmessias>. [bolsonaro/photos/a.213527478796246/448935801922078](https://www.facebook.com/jairmessias/photos/a.213527478796246/448935801922078). Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2016). A cor da pele não define seu futuro. Suas escolhas sim! *Twitter*: @jairbolsonaro, 9 abr. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/718761420767260672>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018<sup>a</sup>). Qualquer política que tenha como consequência a segregação da sociedade, como se os fins justificassem os meios, não receberá nosso apoio. Chega de colocarem pais contra filhos, homens contra mulheres, negros contra brancos. Para o Brasil voltar a crescer, também é preciso união! *Twitter*: @jairbolsonaro, 22 jan. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/955467471347044353>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018b). Competência e caráter estão acima de sexo, raça, sexualidade, classe social, etc. A esquerda divide a sociedade para enfraquecê-la e assim conquistá-la. Nosso desafio é fazer diferente. Vamos lutar para que as

pessoas recebam destaque por postura, respeito, qualidades e virtudes. *Twitter*: @jairbolsonaro, 27 jun. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1012025234407477248>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018c). Cotado para ser presidente da Comissão de Direitos Humanos em 2014, deixei claro: se escolhido, seria “daltônico”, todos teriam a mesma cor! Devemos lutar para que sejamos iguais perante a lei. Com um governo comprometido com o Brasil, não com partidos, todos terão oportunidade! *Twitter*: @jairbolsonaro, 12 set. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1039859861641732096>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018d). Está chegando o momento da mudança; de nosso valor ser medido pelo nosso caráter, não pela nossa cor, sexo ou crença; de governar pelo exemplo; de se espelhar em grandes nações; de se livrar das amarras ideológicas; de por fim ao sistema falido que impera há décadas no Brasil! *Twitter*: @jairbolsonaro, 2 out. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047287005892292608>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018e). Momento de resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas; de resgatarmos nosso direito de ir e vir; Falta pouco para darmos o primeiro passo em direção à grandeza! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! *Twitter*: @jairbolsonaro, 2 out. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047287089354735616>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018f). A melhor forma de mostrar respeito às pessoas é tratando-as de igual pra igual, valorizando-as por seu caráter e competência, não cor ou sexualidade, nem como se fossem mais frágeis e incapazes. Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho. O Brasil é um só! É de todos nós! *Twitter*: @jairbolsonaro, 24 out.

Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055210728653766656>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018g). Não estou preocupado com a cor, sexo ou sexualidade de quem está na minha equipe, mas com a missão de fazer o Brasil crescer, combater o crime organizado e a corrupção, dentre outras urgências. *Twitter*: @jairbolsonaro, 7 nov. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1060175570837876736>. Acesso em: 20/03/2020.

Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp.

Bresciani, E. (2018). Bolsonaro só me pediu para não falar nenhuma bobagem, diz General Mourão. *O Globo*, 27 out. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-so-me-pediu-para-nao-falar-nenhuma-bobagem-diz-general-mourao-23191497>.

Butler, J. (2000). Longing for Recognition: Commentary on the Work of Jessica Benjamin. *Studies in Gender and Sexuality*, 1(3), p. 271-290. <https://doi.org/10.1080/15240650109349159>

Câmara dos Deputados. (2006). *Projeto de Lei Complementar n.º 354, de 19 de abril de 2006*. Dá nova redação ao art. 1.º e seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 78, de 30 de dezembro de 1993, que disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1.º, da Constituição Federal. Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0FA-94F003765AAE649163B69BF0802E2.proposicoesWebExterno2?codteor=388940&filename=PLP+354/2006](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0FA-94F003765AAE649163B69BF0802E2.proposicoesWebExterno2?codteor=388940&filename=PLP+354/2006). Acesso em: 14/09/2019.

Campos, L. A. (2017). Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Sociologia*, 32(95): 1-19. <https://doi.org/10.17666/329507/2017>

Campos, L. A. (2019). *Em busca do público: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. Rio de Janeiro, EDUERJ.

Conceição, W. L. da. (2020). *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens.

CQC. (2011). O povo quer saber com Jair Bolsonaro. *YouTube*, 28 mar. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Z4CoY\\_82LAQ](https://www.youtube.com/watch?v=Z4CoY_82LAQ). Acesso em: 05/07/2020.

Dworkin, R. (2002). *Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality*. Cambridge, Harvard University Press.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA.

Feres Júnior, J.; Campos, L. A. (2016). Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social? *Lua Nova*, 99: 257-293. <https://doi.org/10.1590/0102-6445257-293/99>

Florencio, A. M. G.; Magalhães, B.; Silva Sobrinho, H. F.; Cavalcante, M. S. A. O. (2009). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió, EDUFAL.

Foco do Brasil. (2020). Bolsonaro dá resposta sobre Caso Carrefour e Protestos, Raças, OMC e mais! Discurso no G20. *YouTube*, 21 nov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohycAKR-DBSg>. Acesso em: 22/11/2020.

Foucault, M. 2021. *Microfísica do poder*. São Paulo, Paz e Terra.

Gemaque Neto, J. C.; Silva Neto, A. S.; Araújo Neto, Z. A.; Menezes, R. A. de O. (2023). Reflexões sobre o branqueamento e branquitude no Brasil. *Revista Contemporânea*, 3(6): 6603-6622. <https://doi.org/10.56083/RCV3N6-102>

Goss, K. P. (2008). *Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil*. Florianópolis, SC. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 186 p.

Goss, K. P. (2009). Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. *Ciências Sociais Unissinos*, 45(2): 114-124. Disponível em: [http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/4891](http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4891)

Goss, K. P. (2010). O debate intelectual sobre as ações afirmativas para estudantes negros no Brasil. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, 33: 23-48. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/9032>

Haque, F. (2012). Black History month: A source of pride or a hindrance? *The Washington Post*, February 1st. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/blogs/therootdc/post/black-history-month-a-source-of-pride-or-a-hindrance/2012/02/01/gIQA3SU6hQ\\_blog.html](https://www.washingtonpost.com/blogs/therootdc/post/black-history-month-a-source-of-pride-or-a-hindrance/2012/02/01/gIQA3SU6hQ_blog.html). Acesso em: 12/09/202.

Haraway, D. (2023). *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo, WMF Martins Fontes.

Hirschman, A. O. (1992). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras.

Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.

IBGE. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.º 41. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 10/11/2019.

Losurdo, D. (2015). *Contra-história do liberalismo*. São Paulo, Ideias e Letras.

Maia, K. S.; Tinoco, P. R. A.; Zamora, M. H. N. (2023). A branquitude sob o olhar transdisciplinar das psicologias sociais psicológica e crítica. *Revista Contemporânea*, 3(6): 5840-5861. <https://doi.org/10.56083/RCV3N6-061>

Marinho, L. (2022). De junio de 2013 al bolsonarismo: prensa, estética y nacionalismo. *Revista Barda*, 8(13): 13-36. Disponível em: <https://www.cefc.org.ar/assets/files/Barda-13-Leandro-Marinho.pdf>

Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona.

Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. Rio de Janeiro, Ubu Editora.

Orlandi, E. P. (2001). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes.

Orlandi, E. P. (2022). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes.

Pânico. (2016). Jair Bolsonaro. *YouTube*, 8 jul. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=orlv9ojQL3o>. Acesso em: 12/12/2019.

Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp.

Peixoto, S. (2020). 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão. CNN, São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/no-brasil-nao-existe-racismo-diz-mourao/>. Acesso em: 20/02/2022.

Roda Viva. (2018). Jair Bolsonaro. *YouTube*, 30 jul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=987s>. Acesso em: 12/12/2019.

Schulz, R.; Wienke, F. F. (2012). O combate à injustiça racial à luz do princípio da igualdade: o caso do sistema de cotas no Brasil. *Revista TOMO*, 20: 87-105. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i20.863>

Taylor, C. (1993). La política del reconocimiento. In: C. TAYLOR, *El multiculturalismo y "la política del reconocimiento"*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 53-116.

TV Cidade Verde. (2018). Jair Bolsonaro concede entrevista exclusiva à TV Cidade Verde. *YouTube*, 23 out. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDmxo-6GYDWg&t=131s>. Acesso em: 12/12/2019.

Recebido em 08/05/2024\*. Aprovado em 09/06/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.